

Fundamentos en Humanidades
Universidad Nacional de San Luis – Argentina
Año X – Número I (19/2009) pp. 91/117

A concepção de universidade em Lyotard: crise ou erosão da ciência?

La concepción de universidad en Lyotard: ¿crisis o erosión de la ciencia?

The conception of university in Lyotard: mercantile performance and the end of structural report?

João dos Reis Silva Júnior^{1*}

Universidad Federal de San Carlos, Brasil
jr@ufscar.br
jr@pesquisador.cnpq.br

Eduardo Pinto e Silva^{2}**

Universidad Federal de San Carlos, Brasil
dups@ig.com.br

(Recibido: 06/05/09 – Aceptado: 05/06/09)

Resumo

A proposta deste artigo consiste em delinear a concepção de universidade no filósofo francês Jean François Lyotard. Esta construção teórica tem sua razão de ser em si, mas, a um só tempo, nos possibilita a apreensão do

1* Doctor en Educación de la Pontificia Universidad Católica de San Pablo (PUC-SP), Post-Doctorado en Sociología Política de la Universidad Provincial de Campinas (UNICAMP). Profesor e investigador del Departamento de Educación y del Programa de Post-Grado en Educación de la Universidad Federal de San Carlos (UFSCar).

2** Doctor en Educación de la Universidad Provincial de Campinas. Profesor e investigador del Departamento de Educación y del Programa de Post-Graduación de la Universidad Federal de San Carlos (UFSCar).

fundamentos en humanidades

processo de mudança do conhecimento em mercadoria no contexto em que a contradição modernidade/pós-modernidade tem seu primeiro pólo predominante no fim do século XIX, fragilizando-se em razão do movimento do capital, cedendo, finalmente, sua predominância ao seu antitético na década de 1950. As conseqüências para a ciência e para a universidade são profundas: a ciência torna-se uma força da produção capitalista enquanto a universidade torna-se uma instituição assemelhada à empresa capitalista de Estado ou não.

Resumen

La propuesta de este artículo consiste en delinear la concepción de universidad según el filósofo francés Jean François Lyotard. Esta construcción teórica tiene su razón de ser en sí, pero al mismo tiempo, nos posibilita la comprensión del proceso de cambio del conocimiento en el mercado, en un contexto en el que la contradicción modernidad/post-modernidad tiene su primer polo predominante a fines del siglo XIX, debilitándose por el movimiento del capital, cediendo, finalmente, su predominio a su antítesis en la década de 1950. Las consecuencias para la ciencia y para la universidad son profundas: la ciencia se convierte en una fuerza de producción capitalista mientras que la universidad se convierte en una institución asimilada a la empresa capitalista de Estado o no.

Abstract

The aim of this paper is to show the conception of university in the French philosopher Jean François Lyotard. This theoretical construct has its reason for being in itself, but at the same time, allows us to seize the process of change of the knowledge in goods in the context in which the contradiction modernity/post-modernity has its first and predominant pole at the end of the century XIX, is weakening due to the movement of capital, giving, finally, its antithetical to their predominance in the 1950s. The consequences for science and the university are profound: the science becomes a force of capitalist production as the university becomes an institution similar to enterprise capitalist state or not.

Palavras-chave

intelectual - universidade - ciência - legitimação

Palabras clave

intelectual - universidad - ciencia - legitimación

Keywords

intellectual - university - science - legitimacy

Introdução

Os intelectuais de pertença da instituição universitária em sua maioria bem postos em sua segurança inquiridora, acadêmica e científica focam, analisam e debatem uma miríade infinita de temas por meio de léxicos diferentes e de diferentes lugares de onde falam e escrevem, fazendo desta instituição um lugar privilegiado para aproximar-se do entendimento do que seja a realidade ou uma suposta objetividade social com materialidade e identidade próprias.

O constructo teórico contraditório produzido pelo trabalho imaterial desses intelectuais não se circunscreve somente à academia, dado que seus objetos se encontrarem na realidade, dentre outros fatores. O resultado dos debates volta às suas origens, complexificando-se e estabelecendo relações entre a universidade, sociedade e Estado.

É relevante assinalar que a academia é pródiga na polêmica e a crise da ciência e da universidade ou mesmo a ausência desta crise institucional sempre foram pontos na agenda de discussões, estudos, debates e pesquisas desta estratégica instituição, especialmente nos dias atuais. Destaca-se, todavia, que em várias outras instituições distintas das universidades a ciência também se realiza, tal como em institutos de investigações e congêneres. No entanto, desde o século XII na universidade de Bologna, e no início do século XIII, nas universidades de Sorbonne e Oxford, a instituição universitária tem na produção de ciência e decorrente legitimação, e na formação de cientistas e profissionais, as atividades que lhes conferem sua identidade institucional na sociedade civil.

No trânsito do século passado para este século XXI a função social da universidade e a mercantilização da ciência tornaram-se eventos muito debatidos e na grande maioria das vezes foram e ainda são associados à suposta crise, a do capitalismo em sua fase da mundialização do capital (Chesnais, 1995).

Harvey (1992), em seu livro *Condição Pós-moderna*, escreve sobre o tempo e o espaço e sua base material, e para quem, no medievo, “os mercadores... ao construírem uma melhor medida do tempo” para a organização dos negócios, realizaram uma “modificação fundamental [...] na realidade, uma mudança do próprio tempo”. Isto é, produziram uma nova forma de produzir e reproduzir a sociedade e o ser humano. Ele afirma que “os trabalhadores para [eram chamados para] trabalhar e os mercadores para comerciar”, constituindo nova cultura. Sinos e outros símbolos como os negócios simbolizavam culturalmente uma nova forma de produção histórico-cultural da vida humana. Harvey (1992) conclui

seu argumento sobre o tempo, afirmando, que as medidas do tempo e do calendário “produzidas pelas ordens monásticas” foram incorporadas pela burguesia nascente para disciplinar o trabalho explorado nas cidades medievais “em termos de uma disciplina de trabalho bem secular recém-descoberta”. Assim, “anunciavam a vitória de uma nova ordem cultural e econômica”: o capitalismo (Harvey, 1992: 345).

Processos, que segundo ele, afastados dos ritmos ‘naturais’ da vida agrária e divorciados das significações, teria seu ápice na atualidade, a que nominou “acumulação flexível” (Harvey, 1992: 141). Argumenta o autor que a acumulação flexível seria marcada, sobretudo, pela compressão do espaço e do o tempo, que teria comprimido a vida na sua estrutura cotidiana, por meio de sua fragmentação, de sua heterogeneidade, de sua impossibilidade de práticas mediadas, de sua superficialidade derivada das características anteriores, e, em decorrência, de uma superficialidade extensiva, que possibilitaria pôr a utilidade como critério de verdade e não a história ou a própria verdade na sua historicidade. Quadro, portanto, que influenciaria de forma significativa os processos de legitimação ou deslegitimação de processos sociais, científicos ou não.

O atual estágio do capitalismo expandiu-se se aproveitando de uma estupenda compressão do espaço e do tempo, como já afirmado, e impôs mudanças estruturais no âmbito do trabalho, da cultura e da forma de pensar, sentir e viver o mundo. O ser humano se produz e se reproduz se apropriando da cultura no cotidiano e a reproduzindo segundo sua história de vida. Desta forma, a cultura se torna o motor da reprodução social com base na economia. O ser humano incorpora na contemporaneidade a cultura mundializada e a reproduz em tempo, agora, medido por divisões nanométricas do segundo, em tempo real. Cenário perfeito para a morte da história e da inelutável mudança das instituições da sociedade civil, movimento com origem na mudança do aparelho Estado em nível planetário e com consequências diretas e contundentes na instituição universitária, como à frente muito bem expõe Lyotard (2008).

No entanto, para cumprir-se a incumbência teórica de oferecer ao leitor algumas idéias de como Lyotard analisou e criticou a universidade, seria imprescindível um ponto de partida em relação à obra *A Condição Pós-Moderna* (Lyotard, 2008), cuja leitura pareceu-nos uma crítica à universidade na pós-modernidade. Partiu-se, pois, de trabalho de Silva Júnior e Sguissardi (2005), no qual seus autores buscam definir historicamente a identidade da instituição universitária e os princípios que dela derivam.

Silva Júnior e Sguissardi (2005) afirmam que na modernidade:

“[...] a instituição universitária possui em geral identidade e perenidade histórica próprias, das quais se originam seus princípios para além do plano lógico, diversamente do que pretendiam muitos reformadores oficiais. A universidade atual [contemporânea] – originária do Estado moderno e cujos objetivos sociais e forma organizacional são destinados à manutenção e regulação do *pacto social* contemporâneo – deve concomitantemente contribuir para a construção da consciência crítica institucional deste tempo histórico da humanidade. Assim, toda a política relativa à universidade haverá de ser uma política de Estado, e não de governo, tendo por objetivo ordenar as relações que materializam a sociedade na direção da intensificação de seus traços de humanidade” (Silva Júnior e Sguissardi, 2005: 17).

Sobre os princípios decorrentes da identidade identificada com a produção da ciência, os autores apresentam algumas considerações mais detalhadas em seu artigo. Ao dissertarem sobre a relação público-privada afirmam que:

“Posto que, na modernidade, a contradição público/privado é intrínseca a toda esfera da atividade humana, a universidade deve organizar-se e manter sua dinâmica interna e suas relações com a sociedade e com o Estado voltadas para o pólo público, restringindo ao máximo o espaço do pólo antitético, o privado. [...] as políticas para a educação superior serão sempre políticas públicas de Estado, não orientadas por objetivos focais ou que se ponham como formas de privatização política e econômica como as que hoje ocorrem, ainda que aparentemente discutidas de modo aberto com a sociedade civil. Estes traços certamente contribuiriam para criar as bases da neoprofissionalização da universidade, [do processo de legitimação da ciência] e de seu respectivo empresariamento, em nítida colisão com o teor deste corolário, derivado do princípio da relação público/privado, pilar incontestado da doutrina liberal clássica do Estado [e da modernidade]” (Silva Júnior e Sguissardi, 2005: 18).

Já sobre a autonomia universitária, princípio muito caro à legitimação da ciência, os autores argumentam:

“O princípio da autonomia congrega os elementos fundantes da identidade universitária, ainda que coexistindo com o princípio da contradição público/privado presente no primeiro princípio. Por hipótese, a universidade deveria gozar de autonomia, para além do

fundamentos en humanidades

ordenamento jurídico estabelecido pelo Estado moderno, com o fim de concretizar suas razões de ser: contribuir para a manutenção e regulação do *pacto social* contemporâneo, fundado na economia, e para a consciência crítica institucional desse tempo histórico da humanidade. Este princípio tem sua contraposição, hoje cada vez mais real, na heteronomia, que, no dizer de Daniel Schugurensky [2002, p. 109], é aquela situação em que “setores externos [principalmente o Estado e a indústria] têm cada vez mais poder na definição da missão, da agenda e dos produtos da universidade”. Autonomia sugere autodeterminação, independência e liberdade; heteronomia, subordinação a ordens e agentes externos, adequação a demandas mercadológicas, a agendas estatais marcadas pelo pólo privado/mercantil” (Silva Júnior e Sguissardi, 2005: 18).

O financiamento da universidade é tributário de tudo que fora escrito até então. A origem do financiamento orienta a prática universitária cotidiana. Se industrial, a instituição universitária terá a reger sua pauta de pesquisa as diretrizes e o conjunto de políticas industriais, terá a legitimar a ciência que produz a produtividade das indústrias que a financiam. Entretanto, se o financiamento tem sua origem no Estado submetido ao ordenamento jurídico estatal, predominará o *ethos* estatal público, e mesmo que as práticas universitárias estejam objetivadas pela mediação do mercantil, isto, certamente, dever-se-á ao fato de o Estado já encontrar-se mercantilizado e profissionalizado. Dado isso, o próprio processo político (administração pública com moral também pública), acaba por configurar um Estado gerencial. As decorrências imediatas para a instituição universitária serão muitas, das quais destacamos: a gestão se torna heterônoma, a legitimação se torna de desempenho e a cultura institucional torna-se profissionalizante, semelhante ao modelo napoleônico de universidade.

“Disso decorre que é na categoria de identidade da universidade moderna que se funda o fato de que o financiamento da educação superior pública deve ser estatal e refletir as reivindicações da sociedade civil, o que fortalece o *ethos público* na sociedade – e na universidade – conforme o sentido histórico e legítimo da origem do poder público e do Estado” (Silva Júnior e Sguissardi, 2005: 19).

O princípio da democracia universitária decorre da contradição em que se constitui o princípio da autonomia. A universidade, ainda que tenha que se submeter ao ordenamento jurídico do Estado, de alguma forma reciprocamente o submete, posto que aquele deva submissão à sociedade, isto

é, ao ethos público. É, portanto, também em um espaço de contradição que se move a democracia universitária. Razão, talvez, para se nominar como crise o clima democrático institucional das universidades. Talvez isto lhe seja uma característica própria derivada de outra, ser pública e estatal.

A avaliação é um momento ético da prática universitária, no qual os atores institucionais devem ponderar se estão consolidando, no que fazem, uma cultura que realiza a identidade da instituição universitária. No entanto, também aqui se põe o ordenamento jurídico, dada a origem estatal da universidade. Assim sendo, a avaliação universitária pode tornar-se um obstáculo a comprometer os demais princípios, bem como a própria identidade universitária. Aqui novamente é necessário indagar: qual dos pólos da contradição público/privado está sendo fortalecido pela avaliação universitária, em face de um determinado projeto acadêmico-científico da instituição universitária? Quais são as dimensões essenciais do processo de avaliação? A auto-avaliação, a auto-formação, a responsabilidade perante suas funções ou finalidades históricas, ou sua regulação, seu controle, segundo os cânones da heteronomia? Se a avaliação fortalecer tão somente a dimensão mais instrumental e pragmática da identidade da instituição universitária, podemos considerar que ela poderá estar contribuindo para a erosão senão destruição da instituição. Isto novamente põe em destaque a natureza imprescindível da sociedade e da comunidade universitária para, em seu movimento, acentuar o pólo público da contradição, e jamais seu antitético. É nestes termos que se pode examinar a pertinência ou não dos processos científicos de legitimação da ciência, da mercantilização da universidade e do trabalho dos intelectuais desta instituição.

As amarras históricas do conhecimento, de sua produção e socialização, que estão no centro da associação ensino, pesquisa e extensão, devem ser objeto de exame de todo cidadão, mas cabe aos atores universitários em geral jamais permitirem a submissão do conhecimento a uma determinada racionalidade social, pois nessa condição negar-se-iam a identidade universitária e todos os princípios dela decorrentes. O conhecimento é por si transgressor. Se não o for, não é conhecimento, é instrumento a serviço de projeto político de governo que entende o Estado de forma autônoma em relação à sociedade civil e à economia, o que pode levar – e legitimá-los – aos totalitarismos que vicejaram ao longo do século XX. Com essas reflexões iniciais e com base nos pressupostos defendidos por Weber em 1918 em sua moral e ética científicas, empreendemos a leitura de A condição pós-moderna de Lyotard (2008), com o objetivo de nos aproximarmos do entendimento da instituição universitária deste autor.

Apresentamos inicialmente algumas considerações sobre a trajetória intelectual e a obra de Lyotard, assim como destacamos a natureza circunstancial de A condição pós-moderna, escrita sob encomenda feita pelo Conselho de Universidades junto ao Governo de Quebec, cuja publicação, autorizada por seu presidente, ocorreu na França em 1979. Procuramos demonstrar a hipótese de trabalho e as principais categorias e considerações de Lyotard (2008) sobre a instituição universitária e a ciência.

Com base na discussão introdutória se procurou demonstrar a existência de elementos efetivos que justificam a busca de aproximações das reflexões de Lyotard (2008) às concepções críticas à universidade e ao trabalho docente originalmente formuladas por Weber (2009) e retomadas por Mills (1971). Tal foi realizado sob o norte dos seguintes temas comuns: posicionamento ético-moral, político e social do intelectual; profissionalização e especialização do professor; legitimação e deslegitimação da linguagem científica; articulações entre produção científica e demandas de novas tecnologias derivadas das contradições do processo da valorização do capital.

Procuramos construir uma hipótese na qual consideramos as contradições intrínsecas à ciência e as relações destas com as contradições do desenvolvimento da sociedade capitalista, de modo a problematizar o argumento da “crise” da ciência. Deste modo, buscamos fomentar o debate entreaberto por Lyotard (2008) acerca desta suposta “crise” e assim mantê-lo, concordando com a posição do autor de que cabe ao intelectual que rejeita encarnar o papel de “impostor” exhibir a condição “inelutável” de incompletude senão provisoriamente daquilo que pensa e escreve (Lyotard, 2000: 21).

Em outras palavras, não nos evadimos de uma tomada de posicionamento, ainda que entreaberta à discussão e aprofundamento, em relação às proposições de Lyotard (2008). Problematicamos a sua menção à “crise” da ciência levando em conta suas reflexões sobre a condição da ciência na pós-modernidade, subsumida à lógica da rentabilidade e da busca de melhor desempenho do sistema produtivo. Argumentamos que elas dialogam, ainda que de forma não explícita nem tampouco mecânica, com algumas das proposições de Weber (2009) em seu clássico A ciência como vocação e sua argumentação da impossibilidade da neutralidade na ciência, na qual propunha senão a neutralidade, uma amenização da posição do sujeito, apresentando os pressupostos e a axiomática antecipadamente, assim como das considerações de Mills (1971) sobre a profissionalização da Filosofia e das práticas universitárias em sua tese de doutorado, intitulada Sociologia e Pragmatismo.

Por fim, consideramos que a discussão travada pelos três referidos autores, envolve uma peculiaridade ou desafio, pois se trata de pensar criticamente a universidade e a ciência e seu tempo histórico a partir de suas próprias formulações e dos determinantes institucionais, sociais, culturais, econômicos, políticos e ideológicos deste tempo histórico. Conforme apontou Bourdieu em entrevista a Lüdke em 1990, a sociologia da educação e do conhecimento são indissociáveis das estruturas sociais, universitárias e do sistema de ensino, sendo inevitável que as estruturas que se aplicam à universidade, para pensá-la, são em grande parte produto de suas próprias estruturas. Eis aí uma dificuldade adicional que nos reserva o direito, senão a cautela, de não fechar o debate e, ao contrário do “impostor”, mantê-lo entreaberto e, assim, passível de aprofundamentos.

1. Lyotard diante da ciência e da universidade

a) Sobre Lyotard, um intelectual erudito

Lyotard nasceu em Versailles, em 10 de agosto de 1924. Lecionou Filosofia no ensino secundário e superior (Sorbonne, Nanterre, CNRS, Vincennes) por mais de trinta anos. Em 1958 recebeu o título de agrégé em Filosofia. Em 1971, o de docteur ès lettres. Dedicou-se durante longos anos a trabalhos teóricos e práticos no grupo Socialismo ou Barbárie. Foi membro do Collège International de Philosophie e professor emérito da Universidade de Paris. Em 1979 lecionou no Brasil, na Universidade de São Paulo (USP). Na Universidade da Califórnia foi professor de francês. Em 1995 se mudou para Atlanta, onde lecionou francês e Filosofia. Faleceu em 21 de abril de 1998 em Paris.

A presença de Lyotard no Brasil deve ser analisada em sua dimensão histórica. Desde 1930, com a missão universitária francesa na Universidade de São Paulo, o campo acadêmico brasileiro vem sendo influenciado pela intelectualidade francesa. Se naquela ocasião Lévi-Strauss, Roger Bastide e Claude Bastide desempenharam papel preponderante, podemos afirmar que, na década de 1960, foi a vez de filósofos franceses pós-estruturalistas exercerem sua influência, dentre os quais destacamos Foucault e Lyotard.

Segundo argumenta Perrone-Moisés (2004: 215), intelectuais franceses promoveram uma desconstrução do positivismo e um debate em torno do “estruturalismo ortodoxo”, que teria tido “vida breve” na França. Questionava-se o idealismo, racionalismo e pretensão à universalidade do estruturalismo. Com os pós-estruturalistas há uma atomização dos objetos em oposição ao projeto totalizador do estruturalismo, rejeição da

razão como universal ou fundacional e crescente interesse pela história e cultura como “constructos discursivos” (Perrone-Moisés, 2004: 218). Poderíamos acrescentar a crítica das metanarrativas um complemento à atomização dos objetos, o relativismo cultural que dá origem a uma profusão de grupos supostamente relacionados em credos próprios, como por exemplo, a etnia, o sexicismo, o gênero etc.

Destacamos entre as considerações de Perroni-Moisés (2004: 219) sobre a intelectualidade francesa de 1960, a participação nela de Lyotard e de sua hipótese sobre “o fim dos grandes relatos”. Tal hipótese se articula ao debate de Lyotard com Wittgenstein e Habermas, debate que foi precedido por suas releituras de Freud e Marx (Lyotard, 1975; 1979).

Destaca-se que Wittgenstein recebera de Lyotard um tratamento diferenciado, posto que aquele jamais houvesse cedido ao positivismo exacerbado do Círculo de Viena e menos ainda às chamadas pesquisas de desempenho defendido neste último. Seus estudos centraram-se sobre as formas do discurso (Discours, 1971) e análise do marxismo (A partir de Marx e Freud, 1973; Economia Libidinal, 1974). O campo de sua produção revela erudição e preocupação com questões epistêmicas, éticas e políticas, sendo que ele teve a cautela de não se expor como um estudioso da economia, mas não deixou de sê-lo, à sua época.

Foge ao escopo deste texto analisar o conjunto de sua obra de forma detalhada. Apenas apontamos que Lyotard foi um admirador e ao mesmo tempo leitor e intérprete das teses de Marx e Freud, certamente expoentes de metanarrativas teóricas que, segundo Lyotard (2008) perderam legitimidade e credibilidade no contexto pós-moderno da ciência, na qual preponderam os jogos de linguagem em grande medida articulados à valorização do capital. Entretanto, vale lembrar o lampejo de otimismo de Lyotard (2008) em relação aos metarrelatos como forma de legitimação, tal como se expressa na seguinte afirmação:

“A própria nostalgia do relato perdido desapareceu para a maioria das pessoas. De forma alguma se segue a isso que elas estejam destinadas à barbárie. O que as impede disso é que elas sabem que a legitimação não pode vir de outro lugar senão de sua prática da linguagem e de sua interação comunicacional”(Lyotard, 2008: 74).

A sua interpretação e articulação de Marx e Freud em Economia Libidinal (1979) é instigante. Nela ele se propõe a analisar a produção de Marx como uma obra de arte, e o faz numa linguagem distinta daquela dos sisudos enunciados científicos racionais, em item intitulado O des-

ejo chamado Marx (Lyotard, 1979: 111-176). Em um dos subitens deste capítulo, intitulado Qualquer economia política é libidinal, o autor aponta para algo que também desenvolve em A condição pós-moderna, a saber, a “congruência decisiva” entre “ciência e capital” (Lyotard, 1979: 129). Em Economia Libidinal Lyotard revela sua característica pós-estruturalista na medida em que a discussão do tema linguagem assume centralidade, como se pode verificar em sua referência aos “signos semióticos intercambiáveis” (Lyotard, 1979: 128).

Em A condição pós-moderna, publicado originalmente na França em 1979, Lyotard analisa criticamente a crise do conhecimento e da instituição universitária. Pode-se compreender que se faz presente tanto inquietações a respeito da crise das metanarrativas teóricas e de uma mercantilização do conhecimento na pós-modernidade, como também um relativo otimismo no sentido da superação de uma noção ingênua senão ideológica da ciência como produção neutra e como critério de verdade. A alusão do autor aos termos “crise” e “erosão” da ciência podem ser relacionados tanto àquelas inquietações como ao seu “otimismo”.

Na introdução de seu texto Lyotard (2008: xv) se refere à sociedade “pós-moderna” teria seu nos anos 1950. Para Lyotard a palavra “pós-moderna” designa “o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras do jogo da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (2008: xv). As modificações substantivas nos estatutos da ciência e da universidade são por ele situadas em relação ao que denomina como “crise dos relatos” (Lyotard, 2008: xv). Sendo assim, Lyotard argumenta ao longo de sua obra que esta crise, que se evidencia na sociedade “pós-moderna” ou “era pós-industrial”, trata-se de uma crise da ciência e da verdade. Nela a ciência tende a romper com a sua vocação, tal como a compreende Weber (2009), de modo a se constituir predominantemente como informática e informacional, ou ainda, a educação superior assume feição de “profissionalização” (Lyotard, 2008: 91), termo também utilizado por Weber (2009) e Mills (1971), como veremos adiante.

Lyotard (2008) critica a relegação das ciências humanas a um segundo plano e a hegemonia das ciências exatas. A ciência que se exterioriza “torna-se uma força de produção, isto é, um momento na circulação do capital” (Lyotard, 2008: 82). Nesta “explosiva exteriorização do saber em relação ao sujeito que sabe” (Lyotard, 2008: 4), fica de escanteio a insatisfação radical e os grandes discursos produzidos no século XIX que explicavam a condição histórica do homem ocidental nos seus aspectos econômicos, sociais e culturais. Em suma, Lyotard argumenta que a racionalidade da ciência e da universidade é dada pelo processo produtivo.

A partir de uma leitura atenta de A ciência como vocação (Weber, 2009), se pode afirmar que Weber certamente consideraria deslegítimo que os princípios da produção científica, ou melhor, “seus” pressupostos e “sua” axiomática, viessem de fora da ciência, de seus próprios constructos teóricos, sejam lá quais eles fossem. Weber, que já criticava o Estado e assemelhava a universidade como uma empresa capitalista de Estado e o professor como um operário bem remunerado pelo Estado, talvez concordasse mais com a afirmativa de Lyotard (2008: 69-71) sobre a “erosão interna do princípio de legitimação da ciência” do que propriamente sua referência mais amena ao “declínio dos relatos”. O mesmo incômodo, por outra via, talvez também assolaria Mills (1971), que percebia na profissionalização do ensino e da Filosofia um caminho tão pernicioso como o da metafísica e de sua distância da compreensão crítica dos problemas sociais, desta feita em nome de um funcionalismo pretensamente moderno e renovado. Não nos alongaremos na discussão de tal questão, nem tampouco pretendemos esgotá-la, evitando assim a postura do impostor. Não obstante, indicamos que Weber e Mills também explicitam, em suas reflexões acerca da profissionalização da ciência, duas questões apontadas por Lyotard (2008: 92) que, segundo ele, são corriqueiramente colocadas, sob perspectiva diametralmente oposta, pelos estudantes e universidades pós-modernos, a saber:

“A questão, explícita ou não, apresentada pelo estudante profissionalizante pelo Estado ou pela instituição de ensino superior não é mais: isto é verdadeiro? [tal como o fez Weber], mas: para que serve isso? [numa perspectiva contrária à de Mills]. No contexto da mercantilização do saber, esta última questão significa comumente: isto é vendável? E, no contexto do aumento do poder: isto é eficaz?” (Lyotard, 2008: 92-93).

Sua referência à importância da Filosofia e de seu resgate crítico, cuja “importância excede os cuidados da profissão”, assim como sua afirmação de que não acredita “que a filosofia como trabalho de legitimação esteja condenada”, nos permite aproximá-lo, *mutatis mutandis*, das reflexões expostas por Mills em sua tese de doutorado de 1941 (Lyotard, 2008: 75, nota de rodapé 133). Mas a perspectiva de Lyotard não é ingênuo: tal resgate é considerado como passível de não ser cumprido, ou ainda, como condicionado a uma revisão dos vínculos da Filosofia com a então estrutura e característica da instituição universitária; ele também não pretende voltar ao passado.

Weber (2009), por sua vez, não oraria aprioristicamente para uma Filosofia que fosse especulativa e de caráter potencialmente emancipatório, tal como parece crer Lyotard (2008: 72); outrossim, pediria para conhecer seu credo.

Mills (1971), por sua vez, pediria para verificar o efeito prático que tal conhecimento pudesse vir a ter em termos de transformações das estruturas sociais e de poder, assim como sua possível contribuição para a construção de uma inovadora imaginação sociológica.

A “obra de circunstância” de Lyotard é uma resposta a um momento histórico no qual institutos de ensino e/ou pesquisa tendiam a substituir as faculdades com base em uma simbiose entre o privado e o público, exemplificada por pesquisas financiadas pela iniciativa privada ou por estas em parceria com o poder público, aspecto este criticado por Sguissardi e Silva Júnior (2009) em função da heteronomia a qual é conduzida a universidade, em detrimento de seu pensar crítico e autônomo. Parafraseando Lyotard, seria uma passagem do autônomo para o autômato, do intelectual para o expert.

b) Da crise das metanarrativas teóricas ao conhecimento mercantilizado

Segundo Lyotard, no “quadro do funcionalismo e do profissionalismo” se dá a “reprodução das competências profissionais” e a “embalagem” de “espíritos imaginativos” (Lyotard, 2008: 95).

Segundo o autor, a “pragmática da pesquisa” é afetada em suas regulações por duas importantes modificações: “o enriquecimento das argumentações e a complicação da administração das provas” (Lyotard, 2008: 77). Lyotard aponta para “limitações internas aos formalismos” e para a diferença entre dois tipos de “progresso” no saber: “um, correspondendo a um novo lance [nova argumentação] no quadro das regras estabelecidas” (limitadas, como observa) e “o segundo à invenção de novas regras e, assim, a uma mudança de jogo” (Lyotard, 2008: 79). Na seqüência deste raciocínio, podemos notar sua crítica ao relativismo senão irracionalismo da ciência pós-moderna:

“O princípio de uma metalinguagem universal é substituído pelo da pluralidade de sistemas formais e axiomáticos capazes de argumentar enunciados denotativos, sendo esses sistemas descritos numa metalinguagem universal, mas não consistente. O que passava por paradoxo e mesmo por paralogismo no saber da ciência clássica e

moderna pode encontrar em algum desses sistemas uma força de convicção nova e obter o assentimento da comunidade dos *experts*" (Lyotard, 2008: 79-80).

Na cultura pós-moderna o "grande relato perdeu sua credibilidade", quer seja o relato especulativo ou de emancipação (Lyotard, 2008). Segundo Lyotard (2008: 69) o declínio do "poder unificador e legitimador" dos grandes relatos da especulação e da emancipação pode ser compreendido como um "efeito do desenvolvimento das técnicas e tecnologias" a partir da segunda guerra mundial. A oposição entre legitimação e deslegitimação é ofuscada ou se apresenta numa contradição extrema, na medida em que concretiza um "processo de deslegitimação cujo motor é a exigência de legitimação" (Lyotard, 2008: 71). Para Lyotard (2008) haveria uma "crise" da ciência, que se "legitimaria" num jogo de linguagem no qual a administração das provas, irracionalmente, teria que se haver com um problema, qual seja: o de se "provar a prova" (Lyotard, 2008: 80). Os sinais de tal "crise" estariam se multiplicando desde o fim do século XIX, período analisado por Weber (2009) e Mills (1971). Tal "crise", tal com apontamos acima, procederia tanto do "declínio dos relatos" quanto de uma "erosão interna do princípio de legitimação do saber" (Lyotard, 2008: 69-71).

As universidades perdem sua função de legitimação especulativa. Debela-se o dispositivo da emancipação e a "autonomia de interlocutores engajados na prática ética, social e política" (Lyotard, 2008: 72). A pragmática dos saberes científicos toma o lugar dos saberes tradicionais e os "jogos de linguagem científica vão tornar-se jogos de ricos, onde os ricos têm mais chance de ter razão. Traça-se uma equação entre riqueza, eficiência e verdade" (Lyotard, 2008: 81).

Portanto, conclui o autor, prevalece uma pseudolegitimação, de "validade" mercantil e não de "verdade", ou seja, de uma "legitimação" tanto "pelo desempenho" como "pela paralogia" (Lyotard, 2008: 77-98; 111-123).

O "metassujeito" da "universidade especulativa" é substituído pelo "sujeito prático", em um contexto de progressiva configuração de uma universidade prescritiva e mercantil e de um estatuto do saber desequilibrado, cuja "unidade especulativa" (perdida?) se apresenta "fragmentada" (Lyotard, 2008: 62-63).

De forma relativamente próxima à da ciência e da moral científica weberiana, Lyotard (2008) faz severas críticas às posições práticas. Mills (1971), por sua vez, nos parece defender a articulação entre o saber e uma prática, mas de uma prática que fosse distinta daquela dos pragmatistas liberais que o antecederam, assim como daqueles que ele critica

como sendo expoentes de uma “grande teoria” (Apud Winetrou, 1963), de caráter metafísico e ideológico – dentre os quais Parsons – ou seja, de uma prática que redundou na constituição de um contingente de “patologistas sociais” liderados por Parsons e Dewey, porta vozes da “elite do poder” (Mills, 1975).

No jogo de linguagem da (des)legitimação e/ou da linguagem ilógica da paralogia, prevalece a lógica da performance, que pode ser definida como “a conjuntura ‘orgânica’ da técnica com o lucro” que, ressaltamos, “precede a sua junção com a ciência” (Lyotard, 2008: 82). Assim, destrói-se o vínculo social. A legitimação legal-racional é substituída ou exacerbada-se em uma deslegitimação tecnocrática. Prevaecem “estudos voltados para as aplicações”, a “inovação” de caráter “rentável” e a valorização (em duplo sentido) de “programas vendáveis” (Lyotard, 2008: 82).

Assim, configura-se um traço do saber pós-moderno: a imanência a si mesmo, explícita, do discurso sobre as regras que o legitimam. A ciência é condenada ao “conhecimento ilegítimo”, ao “meio-saber” (Lyotard, 2008: 100). Proliferam-se discursos heteromorfos resultantes de “regras pragmáticas heterogêneas” (Lyotard, 2008: 118).

Na sociedade informatizada evidencia-se o vínculo entre saber e produção. O saber assume progressivamente um valor de troca, de forma que o trabalho imaterial tende cada vez mais a se constituir como trabalho hiperqualificado que se objetiva em produtos e patentes comercializáveis e de notável utilidade aos interesses do processo capitalista de expropriação do sobretabalho. Em outras palavras, o trabalho imaterial hiperqualificado engendra conhecimentos mercantilizáveis e, assim, se configura como trabalho produtivo, gerador de mais-valia. Tal reflexão, no entendimento de Weber (2009: 26) é mediada pela discussão do conceito de burocracia e de seu processo mercantil e racionalizador das instituições e de seus processos e produtos.

Ao abordar o saber produzido pelo que denominamos sujeito útil, só e mudo, Lyotard aponta que a produção do conhecimento na pós-modernidade visa, em última instância, a otimização da performance da lucratividade do sistema produtivo.

O sujeito útil e mudo, estranho e estranhado, se torna presa do aspecto pragmático de jogos de linguagem que não possuem legitimação neles mesmos. O vínculo social tende a ser constituído e moldado por “lances” de linguagem. As perspectivas do vínculo social na modernidade e as tensões do campo científico, expressas pelos pares antitéticos homogeneidade-dualidade, funcionalismo-criticismo, teoria tradicional-teoria crítica, integração-luta, tendem a se apagarem na pós-modernidade.

Nesta impera a superficialidade extensiva na qual se superdimensiona o pólo da adaptação à ordem, em detrimento do pólo crítico, chicoteado pela crise das metanarrativas presentes na modernidade.

A “crise” da universidade na modernidade é um prenúncio à sua mercantilização na pós-modernidade. Naquela já se davam a especialização da profissão docente, a institucionalização do *homo academicus* (Bourdieu, 1984) e a “profissionalização” do docente (Mills, 1971). Na pós-modernidade não ocorre uma ruptura com o passado. A cultura universitária pós-moderna se revela como condensação de distintas temporalidades históricas (Lefebvre, 1957) que se apresentam como contraditórias em um mesmo momento.

Ressaltamos que Lyotard também entende a erosão da legitimação do saber e da identidade da instituição universitária como presentes no período moderno, ou seja, já no fim do século XIX, enfatizando a intensificação deste processo na década de 1950, quando os metarrelatos são questionados e o positivismo (novamente) se impõe.

Conforme argumenta Harvey (1992) são incontestáveis as transformações político-econômicas na transição do século XX para o XXI, mas não há nada essencialmente novo no desenvolvimento capitalista quando assinalamos seus elementos invariantes: orientação para o crescimento; dependência em relação ao trabalho vivo; necessidade permanente de inovações técnicas e organizacionais para possibilitar o processo de valorização do capital (Harvey, 1992).

c) Pragmatismo e a universidade na sociedade dos experts e autômatos

Como foi apontado acima, Lyotard (2008) analisa a ciência e a cultura na pós-modernidade, argumentando haver uma perda da credibilidade do que denomina como “grande relato”. Na modernidade o autor aponta que, ainda que em crise, o grande relato preservava seu caráter filosófico-especulativo, potencialmente emancipatório. Sufoca-se o dispositivo da emancipação, caracterizado por interlocutores engajados na prática ética, social e política. O enunciado denotativo de valor cognitivo se enfraquece frente ao fortalecimento do enunciado prescritivo, de valor prático e imediato. Pode se encontrar aí o embrião do ensino e das pesquisas de desempenho da pós-modernidade.

Trata-se da hegemonia dos *experts*, autômatos da sociedade informatizada eufemisticamente denominada como “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”. Os pragmáticos *policemakers* se

apresentam como intelectuais. O intelectual autônomo é substituído pelo profissional autômato, cuja aura intelectualizada obscurece a percepção de seu papel instrumental.

O saber inundado na lógica prescritiva se isola de outros jogos de linguagem que constituem o vínculo social. Os relatos de legitimação política (emancipação) e filosófica (especulação) são atropelados pelos enunciados dos *experts* que, diga-se de passagem, só são refutáveis por eles mesmos. O debate “acadêmico” sobre o verdadeiro e o falso se distancia do debate do povo sobre o justo e o injusto. Não se trata sequer de se abordar o falso ou o verdadeiro de forma circunscrita aos *experts*, mas sim de restringir o pertinente ao que é eficiente. Tal como apontara Mills (1971) e Weber (2009), Lyotard (2008: 45) afirma, ainda que de forma distinta e em conjuntura diferente, que o saber “se torna profissão”.

d) O desempenho como legitimação do ensino e da pesquisa

Segundo Lyotard [2008] as técnicas de pesquisa obedecem em grande medida ao princípio de otimização das performances. Busca-se o aumento do *out-put* e diminuição do *in-put* ou energia dispendida para obtenção da *performance*. Predomina, segundo Lyotard (2008) o eixo tecnocientífico mediado por interesses do sistema produtivo e da reconfiguração planetária do papel do Estado, tal como também discutem Sguissardi e Silva Júnior (2009).

Como foi acima apontado, Lyotard (2008) ironiza e afirma que na pós-modernidade os mais ricos têm mais chances de ter “razão”, ou ainda, que não há nada de verdade sem dinheiro. Os jogos de linguagem se tornam jogos de ricos. A ciência se torna uma força de produção no momento da circulação do capital. O produto da *performance* do saber pragmático é tanto vendido a parte como absorvido pelo fundos de pesquisa que visam o incremento da própria *performance*. O desejo de enriquecimento é o imperativo da melhoria das *performances* e da realização dos produtos, o que se difere do desejo de saber, que revela sua verdadeira face: o desejo de poder.

Estudos se voltam para aplicações e para pesquisas privadas. As inovações devem ser rentáveis e os programas “científicos” vendáveis. “Cientistas” são comprados não para saber a verdade, mas sim para aumentar o poder dos que concentram a renda, cujas salas de visita são cada vez mais compartilhadas pelos primeiros. Abandona-se o relato idealista ou humanista. A eficácia da força destróça os vínculos sociais.

Para Lyotard (2008) vivemos em uma sociedade informatizada que engendra seres autômatos e que configura um sistema regulado pela otimização das *performances*. Tal se evidencia em muitas partes do globo, assim como no Brasil, uma vez que a universidade é vazada pelos supostos do pragmatismo em sua prática cotidiana, que se expressa em uma repartição dos fundos de pesquisa pelo Estado, empresa e sociedades mistas, verdadeiras negociatas legalizadas pelas leis das Parcerias Público-Privada, da Inovação Tecnológica e da Lei do Bem (Sguissardi e Silva Júnior, 2009).

O ensino, subsistema do sistema social, adota o critério do desempenho. Há uma crescente demanda de *experts* e de formação telemática de baixo custo e potencial de alta rentabilidade a quem compra tal força de trabalho. Formam-se competências e não ideais. Fornecem-se “jogadores” para postos pragmáticos das instituições.

Apesar de algumas críticas incisivas de Lyotard (2008) à ciência pós-moderna, podemos também considerar haver uma ambiguidade em seu discurso, que se caracteriza como uma marca da ciência que ele mesmo critica; ou, o que talvez fosse mais preciso, há diferentes formas de interpretá-lo. Optamos por fazê-lo de forma a articular suas hipóteses e proposições aqui sintetizadas às de Weber (2009) e, complementarmente, às de Mills (1971).

2. Weber, Lyotard e a Ciência como vocação

Max Weber nasceu em família com características semelhantes à de sua trajetória acadêmica. Pai advogado, desde logo o encaminhou para as ciências da humanidade num contexto em que a discussão sobre as metodologias nos diferentes campos científicos se fazia em profusão e em várias correntes de abordagem da experiência humana. Muito diferente das ciências naturais, posto que nesta o objeto consistia-se em algo externo ao sujeito pesquisador, enquanto para aquelas a indissociabilidade entre sujeito e objeto era impossível, ainda que os positivistas dissessem não. Afirmavam eles: é possível.

Influenciado pela família Weber passou por três universidades: Heidelberg, Göttingen e Berlim, estudando simultaneamente economia, história, filosofia e direito. “Concluído o curso, trabalhou na Universidade de Berlim na qualidade de livre-docente, ao mesmo tempo em que servia como assessor de governo” (Tratenberg, 1980: VII). No início da década de 1890 passou a ser professor de economia da Universidade de Freiburg, e em 1896 transferiu-se para Heidelberg. Faleceu em 1920.

Weber dedicou-se a todas as áreas em que estudou sempre se ocupando do processo de especialização da sociedade e da ciência alemãs e a um só tempo dedicava-se a refletir sobre o sentido da ciência. No contexto em que realizava sua trajetória acadêmica, Weber buscou extrair do conteúdo de seus estudos um complexo metodológico que se busca legitimar e dar sentido à ciência, especialmente às humanidades.

Para refletir sobre o sentido da ciência e da teologia, nos parece que a moral orienta Weber (2009). Ele busca escrutinar as ciências naturais, as ciências idealistas (“a busca do verdadeiro ser”), as ciências da arte (a busca do “caminho para a verdadeira arte”) e a religião (“busca do verdadeiro Deus e da felicidade autêntica”); o intelectual alemão entende que a resposta mais adequada seria a de Tolstoi: “A ciência carece de sentido, pois não tem resposta alguma para única questão que nos interessa – ‘Que devemos fazer? Como devemos viver?’” (Weber, 2009: 18). Leve prenúncio do pragmatismo em Tolstoi.

Aí, Weber (2009) parece encontrar a chave de sua busca do sentido da ciência e das instituições que a produzem, com destaque para a universidade. A pergunta de Tolstoi sugere a inspiração de Weber. Este indaga se seria esta pergunta a que deveria ser feita em relação à universidade ou à ciência, ou se a pergunta a ser feita consistiria se deveria ser facultada à ciência a formulação da pergunta mais adequada. Isto é, Weber (2009) indica o ato da problematização como a pedra de toque para se pensar o sentido da ciência e da universidade, que nela tem sua identidade. Orientado pela sua moral científica, Weber (2009) percorre seu itinerário epistemológico argumentando sobre a possibilidade concreta do ato da formulação da questão num certo sentido e neste itinerário vai construindo seu complexo metodológico tendo como centralidade teórica os conteúdos econômicos, históricos e filosóficos e jurídicos. Argumenta que todo “trabalho científico tem sempre como pressuposto a validade das regras da lógica e da metodologia, que são os fundamentos gerais de nossa formação do mundo” (Weber, 2009: 19). Aqui, Weber concebe o sujeito (a subjetividade) na sua Teoria do Conhecimento.

Weber (2009) argumentará, pois, que esta não é a questão de fundo na metodologia da pesquisa: dar sentido ao trabalho científico, ao pesquisador, à ciência e ao pesquisador. De ato, em última instância a retórica weberiana somente indica, sob o ponto da legitimação e do sentido da ciência, que todo “saber científico” deve ser “sabido” (Weber, 2009: 19). A legitimação e o sentido da ciência e todos seus problemas, segundo Weber (2009), põe-se exatamente aqui. Dado que o trabalho científico parte de pressupostos que em última instância são o resultado de nossa

formação do mundo, que pressupostos seguir? Os pressupostos não são demonstráveis, são apenas interpretados e estão ou não em harmonia com o pesquisador ou pesquisadores. Aqui, a moral aparece de forma mais evidente na metodologia weberiana.

Neste ponto é importante lembrar Lyotard (2008) e sua difícil tarefa de dissertar sobre a ciência e a universidade na pós-modernidade em contexto com traços históricos da modernidade e o período em construção, cujo indicativo se alastra. Há aqui uma defesa dos metarrelatos, não de um, mas de todos; há uma defesa do sentido da ciência, do justo e do injusto, pois a moral embasa os argumentos de Weber (2009).

Lyotard (2008) debate-se entre a suposta falência dos metarrelatos e uma ciência cuja moral é a moral burguesa elevada ao seu ápice, posto que, como visto, a ciência se especializa em face de sua característica intrínseca de existir para ser superada, e se mercantiliza. Suas atividades de ensino e pesquisa são orientadas pelo desempenho e o filósofo francês parte das entranhas do problema que estão no âmago dos “jogos de linguagem” e da “administração das provas”, enquanto Weber (2009) vê-se diante de uma profusão de pressupostos com as respectivas lógicas e metodologias respectivas, e considera todos válidos. A ciência terá sentido sob todos os pressupostos, mesmo que transgrida os pressupostos outros. São como “deuses” que se tornaram valores (Weber, 2009: 24). E tais deuses estão sempre em luta. Se se professar o credo em um definido deus, certamente ofenderá a outro. A preocupação de Weber está em cuidar para que a ciência tenha sentido por meio da fidelidade do pesquisador ao seu deus, compreenda-se, aos seus pressupostos. Isto é, na metáfora weberiana, a moral reside no divino que dá sentido à ciência. Pressupostos e limites definidos na ordem definida (Weber, 2009).

Lyotard (2008) luta contra a eficiência e a eficácia da ciência pós-moderna e não o justo e o injusto, como já apontado. Embora se possa afirmar que Lyotard e Weber buscam o que poderíamos livremente chamar de uma ética científica. O primeiro, no contexto da década de 1950, quando transformações tecnológicas, econômicas e políticas se faziam numa quantidade sem fim e a discussão sobre a linguagem se (im)punha, (im) possibilitando um metarrelato e afirmando a possibilidade das legitimações por meio de determinismo local, embasado numa pragmática da pesquisa e na administração de provas. Já Weber, na conjuntura de fim do século XIX, na qual também ocorriam transformações nas mesmas esferas e na qual se travava a grande discussão sobre a metodologia do trabalho científico – o tema da legitimação da ciência – ou seja, num contexto de

afirmação de metarrelatos, possibilitando, pois, na sua visão, a existência de sentidos científicos válidos.

Pelo que acima se expôs não fica evidente, mas, já se encontravam elementos embrionários da sobreposição da modernidade e da pós-modernidade no final do século XIX num autor como Weber, ainda que nas condensações de temporalidades históricas predominem os valores modernos. Por outro lado, a pós-modernidade já se encontra presente, mesmo que de forma embrionária nas considerações weberianas sobre a “luta dos deuses” (Weber, 2009: 24). Temos o início da erosão da ciência moderna e, ao mesmo tempo, o início da pós-modernidade, com consequências para as instituições produtoras da ciência, a universidade em particular.

Em relação ao ensino Weber defende a omissão da tomada de posição sobre a exposição de qualquer que seja o tema e qualquer que seja a posição. Na sala de aula não pode haver a “luta dos deuses”, que se humanizaram na forma valores no campo da ciência e institucionalmente na universidade. Ao professor cabe expor os pressupostos da ordem científica, sua lógica e sua metodologia e desenvolver o tema. Sem fazer uma exposição embasada na leitura que possa ter feito segundo seus próprios pressupostos. Menos ainda segundo posição política ou religiosa, dentre outras que poderíamos citar. Esta posição o leva diretamente para a reflexão sobre os alunos, que podem estar querendo coisa distinta. Estão preocupados com o mercado de trabalho e o que os espera num contexto de transformações econômicas e políticas, tal qual os da década de 1950, período no qual Lyotard [1979;2008] fez discussão semelhante pondo foco nos jogos de linguagem.

Weber acentua os traços da ciência pós-moderna e sua respectiva universidade, mostrando o processo mercantil já presente da educação superior no ensino e na pesquisa, afirma ele que:

“[...] uma parte de nossa juventude, se a tudo isto replicasse [diria]: “Sim, mas viemos às aulas para vivenciar algo mais do que simples análises e verificações de factos” – o erro é buscar no professor algo diverso do que eles encaram – um *chefe*, e não um *docente*, mas só como *docentes* nos é concedida a cátedra. Trata-se de duas coisas muito distintas e é fácil convencer-se da dualidade. Permite que me refira à América do Norte, porque ali onde, com frequência, se podem ver as coisas na sua mais flagrante originalidade [...] O jovem americano aprende muitíssimo menos do que o nosso. Apesar da incrível série de exames a que se vê submetido, ainda se não converteu nesse puro homem de exames, como é o estudante

fundamentos en humanidades

alemão. Com efeito, a burocracia, que pressupõe o diploma como bilhete de entrada no reino dos cargos, está ali só nos começos. O jovem americano não tem respeito a nada nem a ninguém, a nenhuma tradição, a nenhum cargo, excepto ao êxito pessoal de quem o ocupa: é a isto que o americano chama de “democracia” (Weber, 2009:25-26).

Weber (2009) já prevê na universidade alemã o que é algo agudamente concreto na universidade dos Estados Unidos. O processo de mercantilização das universidades na América é completo a ponto dele considerar uma universidade algo equivalente à empresa capitalista de Estado, professores assistentes como operários e os mais graduados como funcionários “bem pagos pelo Estado”. Chega ao extremo de afirmar que o diretor de uma faculdade ou o chefe de um departamento julga-se proprietário de suas unidades. Ainda que ela seja pública. Continua Weber:

“Por mais desgarradamente que a realidade se comporte frente ao sentido da palavra, o sentido é este, e é o que importa. Perante o professor, o jovem americano pensa: ele está a vender-me os seus conhecimentos e os seus métodos em troca do dinheiro do meu pai, tal como a campônia vende couves à minha mãe” (Weber, 2009: 26).

Portanto a mercantilização da universidade e da ciência punha-se com muita força no final do século XIX. A racionalidade social do capitalismo já avançava a largos passos sobre as instituições da sociedade civil e mesmo do Estado, movimento realizado em grande medida pela burocracia, e por esta via, de forma mais acentuada na Alemanha. O que difere os processos de legitimação que estão longínquos no tempo em meio século reside na pragmatização ocorrida na universidade na década de 1950, enquanto, valores ligados a um projeto humanista ainda eram considerados na virada do século XIX para o XX. A pragmática da pesquisa e do ensino tocada por Lyotard (2008) é um dos gradientes entre estes dois momentos da ciência e da universidade analisados por Lyotard (2008) no item anterior e por Weber (2009) neste item. Outro ponto muito importante apresentado por Weber (2009), que dialoga com Lyotard (2008), refere-se à racionalização intelectual que se aplica à especialização, à profissionalização, à mercantilização e aos processos de legitimação científicos.

Weber (2009) chama a atenção, por meio da referência às teologias, para a necessidade da validação de contradições nos processos de legitimação da ciência. Ou dito de outra forma, se a opção reside num pressuposto, a lógica e a metodologia deve nos levar às contradições,

que não de ser explicadas com base na interpretação do pressuposto assumido. Há que assumir a interpretação do credo do deus científico a que se reza. Neste caso, tal qual a crítica de Lyotard à ciência e à universidade pós-moderna, o sentido do trabalho científico lhe é exógeno. Como no pragmatismo, os fins santificam os meios. Isto é, Weber (2009) denuncia a fé e não a verdade científica, qualquer que seja para dar sentido à ciência e ao mundo.

Neste momento, na ciência não é possível assumir um pressuposto como saber e, simultaneamente, interpretar pressupostos, mas terrivelmente, na ciência passa-se a tê-los.

Há uma internalização feita pelo cientista dos pressupostos e a dogmatização da ciência. Neste processo, realiza-se a inflexão da ciência em religião ou em ideologia no movimento de legitimação científica. Em acréscimo, a especialização, a profissionalização e mercantilização padecem do mesmo mal. Estes eventos estabelecem um *telus a priori* para a ciência tanto no final do século XIX, como em meados do século passado e na contemporaneidade.

Este *telus* impõe a interpretação dos pressupostos da ciência desenvolvida nas universidades. Neste momento, o intelectual por dinheiro, poder ou fama pode ou não fazê-lo, depende de sua moral. Fazendo-o, ele procede a uma racionalização intelectual e um sacrifício do intelecto. Suicida-se na qualidade de intelectual. Esta é atual racionalidade da universidade, daí tantos suicídios vergonhosos realizado no âmbito da universidade. Mills (1971) nos dá muitos elementos para o entendimento do sacrifício do intelecto.

Weber volta à questão prática sugerida por Tolstoi e à vocação para ciência. Para que nos serve a ciência e as instituições que dela retiram-lhe o centro de suas identidades? Depois de responder a indagação sob uma ótica próxima do pragmatismo, diz Weber (2009: 27), por último, respondolhe que ela nos fornece a “claridade”. O autor retoma a contradição entre os pressupostos e as conseqüentes lógica e metodologia. A escolha de um deus epistêmico e seu credo. Ao entoar cantos de louvor ao divino percebes que tais hinos são ao cantor uma desfeita. A indagação é: que escolha fazer entre meios e fins? De pronto a ciência impõe moralmente a escolha e caberá ao religioso a opção de sobrepor os fins sobre os meios ou seguir em frente e chegar a resultado significativo, que lhe esclareça sua ação ou própria ação humana.

“São ou não “santificados” os meios pelo fim? O professor pode postar-vos perante a necessidade desta escolha, mas nada mais

pode fazer enquanto permanecer enquanto mestre e se não converter em demagogo. Pode, além disso, dizer: se desejardes tal ou tal fim deveis contar com essas ou aquelas conseqüências secundárias que segundo a nossa experiência, não deixarão de se produzir – de novo a mesma situação. A verdade é que estes problemas se podem apresentar a todos os técnicos que, em numerosos casos, têm de decidir segundo o princípio do mal menor ou do relativamente melhor. *Só que a esses técnicos costumam já estar previamente dado o principal: o fim.* Eis justamente o que não nos é dado, quando se lida com problemas deveras “postremos” (Weber, 2009: 27-28, grifos nossos).

Continua Weber:

“Se vos decidirdes por esta posição, servis, em linguagem figurada, este deus e ofendeis o outro. Se permanecedes fiéis a vós mesmos, chegareis internamente a estas ou àquelas *conseqüências* últimas e significativas. Pelo menos em princípio, isto pode realizar-se, e é o que procuram levar a cabo a disciplina especializada da filosofia e as explanações de tipo essencialmente filosófico de outras disciplinas individuais. Se conhecermos a nossa matéria [...], poderemos assim obrigar, ou pelo menos ajudar [pela pesquisa e pelo ensino] o indivíduo a que *por si mesmo, se dê conta do sentido último de suas ações.* [...] Sinto-me tentado, [...], a dizer que, quando um professor consegue isso, está ao serviço de poderes “morais”: a obrigação de criar *claridade e sentimento da responsabilidade*; e creio que será tanto mais capaz de o fazer quanto mais conscienciosamente evitar, de seu lado, o desejo de impor ou sugerir aos seus ouvintes e uma tomada de posição” (Weber, 2009: 28, grifos nossos).

Aqui Weber encontra seu lugar, encontra com a *Paz Universal* de Kant, bem como a forma como conseguir tornar um resultado científico significativo. Claro fica o idealismo kantiano presente na sua obra.

Assim, em face do que se pode ler sobre o diálogo Lyotard, Mills e Weber, pode-se afirmar que todos viveram em momentos históricos de contradição entre modernidade e pós-modernidade, com destaque para Lyotard e Weber. A contradição entre a modernidade e a pós-modernidade mantém uma relação com a indagação: crise ou erosão da universidade e da ciência que lhe dá o substrato de sua identidade.

3. Por um diálogo entreaberto a partir das contribuições de Weber, Mills e Lyotard: crise ou erosão da ciência?

Concluir este texto é tão árduo quanto a tarefa do licenciado alemão que se efetivou, e deve trilhar o caminho da vivência, inspiração, para alcançar a personalidade. A complexidade, a erudição e a argúcia de Lyotard nos colocam certas vezes num labirinto. Neste labirinto, por mais que procuremos a saída, exaustos na saída de todos eles, nos defrontamos com a ambiguidade já referida no texto ao tratar-se do filósofo francês. Há muitos elementos no livro central tomado para este estudo e se faz necessária a cautela de não querer assumir a personagem do impostor, mas, outrossim, assumir a posição de deixar a porta entreaberta para a continuidade do tema A Concepção de Universidade em Lyotard. Ou, talvez, apenas apontar as diretrizes que se encontram no pensamento de Lyotard condensadas em A Condição Pós-Moderna, texto central para nosso estudo e que se mostrou não ser tão somente um texto de ocasião. Trata-se de um trabalho de maturidade de Lyotard, que dialoga com o pós-estruturalismo não positivista de Wittgenstein e tem a densidade das muitas temporalidades históricas (Lefebvre, 1957), e que possibilitou o estabelecimento de diálogo com Weber. Ambos viveram o mesmo processo organizado por conjunto de valores contraditórios e em conjunturas semelhantes, embora distantes mais de meio século no tempo. É relevante indicar que lidaram com a ciência e a universidade de forma semelhante. Quando se enxerga os fantasmas do final do século XIX e dos meados do século passado na obra destes intelectuais, para nós, com base nos textos de Lyotard, e com a devida cautela, é possível o delinear das diretrizes que permearam as reflexões do filósofo francês.

O deus lyotardiano encontrar-se-ia em algumas assertivas articuladas que consistiria a “nossa” porta entreaberta. Talvez a grande preocupação de Lyotard consistia-se em que se produzissem processos sociais ou jogos de linguagem que parassem a crise em movimento acelerado empurrado pela cultura pós-moderna, e impedisse a erosão da instituição universitária. Diretrizes tais como as que se destacam na análise de sua obra, em diálogo com autores marcadamente modernos, como Weber e Mills. Esta foi nossa estratégia. E, mesmo não sendo a mais comum na academia de pensamento único comum na pós-modernidade, deixamos a porta entreaberta para o debate. Não se pretende a condição de impostor que finge deixar entreaberta a porta, porém, já a fechou, tal qual o Círculo de Viena, com o qual Wittgenstein jamais se aproximou.

Precede a explicitação das diretrizes, a seguinte síntese: a universidade democrática e o humanismo emancipatório se tornam pouco eficientes, mas não exatamente superados na pós-modernidade; sobreleva-se a função de profissionalização do ensino e este e a disciplina tendem a se

tornar uma ocupação; novos saberes são ligados ou vinculados às novas técnicas e a tecnologia se volta para o aumento do saber-poder e da lucratividade do sistema produtivo (*performance*); tais processos podem ser relacionados às contradições do desenvolvimento capitalista e às inéditas formas de valorização do trabalho imaterial.

Assim, apresentamos, visando a continuidade do debate, as seguintes diretrizes que parecem orientar o pensamento de Lyotard sobre a Concepção de Universidade:

- a] um desejo de refazer as relações entre a Filosofia e aquela instituição no que se refere aos processos de legitimação da ciência;
- b] retomar o idealismo kantiano sobre o sentido da ação humana;
- c] produzir ainda que por meio dos jogos de linguagem uma materialidade para dar sentido à ciência e à universidade;
- d] neste contexto produzir-se uma ética institucional para universidade aproximada do que se escreveu na introdução deste texto. Ou seja, a contradição entre os processos orientados pela racionalidade capitalista, de um lado e, de outro, a crítica ao pólo antitético com base no humanismo, próximo de Weber;
- e] diante da inelutável profissionalização e mercantilização da universidade, produzir-se valores para preservação institucional. A empreitada para a construção de uma vontade geral de uma moral científica;
- f] por fim, assumida a identidade enunciada na Introdução, enfeixar estes itens na direção do fortalecimento do pólo antitético da contradição que busca fazer a crítica ao tempo histórico da instituição universitária e, sobretudo, aos seus próprios objetivos.

Eis aí elementos para continuidade do debate.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (1984). *Homo academicus*. Paris: Minuit.
- Chesnais, F. (1995). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna*. SP: Loyola.
- Lefebvre, H. (1957). *La pensée de Lénine*. Paris: Bordas.
- Liotard, J. F. (1975). *A partir de Marx e Freud*. Madrid: Editorial Fundamentos, Colección Ciência, Série Filosofia, Tradução Manuel Vidal.
- Liotard, J. F. (1979). *Economia libidinal*. Madrid: Editorial Saltés, Colección Cabeza de Meduza, Série Psicoanálisis (Direção Carlos Wert), Tradução Rocio Alberdi Alonso.
- Liotard, J. F. (2008). *A condição pós-moderna*. 10.ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Liotard, J. F. ([1992] 2000). *Peregrinações*. São Paulo: Estação Liberdade, Tradução de Marina Appenzeller.
- Mills, C. W. (1971). *Sociologia y pragmatismo*. Buenos Aires: Siglo Veinte.
- Mills, C. W. (1975). A ideologia profissional dos patologistas sociais. In C. W. Mills. *A elite do poder*. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Perrone-Moisés, L. (2004) (org.). *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp.
- Sguissardi, V.; Silva Júnior, J. dos Reis. (2009). *O trabalho intensificado na Federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã (no prelo).
- Silva Júnior, J. dos Reis; Sguissardi, V. (2005). A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 5-27.
- Tratenberg, M. (1980). Weber: vida e obra. In *Max Weber* (p.vi-xxiv). 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, (Coleção Os Pensadores).
- Weber, M. ([1918] 2009). *A ciência como vocação*. Acesso: <http://www.lusosofia.net> em 10/03/2009.
- Winetrou, K. (1963). Mills y el fracaso de los intelectuales. In I. L. Horowitz. *La nueva sociologia: ensayos en honor de C. Wrigth Mills* (pp. 179-190). Buenos Aires: Amorrortu.